

Artigo de opinião

(Por Lúcio Neto Amado)

Título: “O martelo da desgraça!”

O “*martelo da desgraça*” caiu, de uma forma implacável, sobre o Balneário Público e, a zona circundante como um acto consumado. O Balneário Público é uma construção surgida na época anterior a independência.

É um «espaço» que tinha atractivos – nomeadamente jardins bem cuidados, árvores de sombra – que embelezavam essa zona nobre da nossa cidade, cujo enquadramento dava uma outra coloração à centenária Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Logo toda essa zona faz parte de um bem público, ou seja ninguém, a não ser o Estado tem direitos sobre esse perímetro de construção.

O benefício de todo esse conjunto de construções (jardins, edifícios e outros) pertence, ao cidadão que deve usufruir e preservar essa obra construída pelo Estado, para diversos fins. O lazer é um desses fins, pois nos outros tempos, viam-se crianças acompanhadas de adultos a brincar na zona e a fazer traquinices.

Quem construiu esse espaço devia ter, em princípio, a perfeita noção do que estava a fazer. Essas obras eram traçadas a partir de um diálogo urbanístico sustentado.

O “*martelo da Desgraça*” é uma expressão que representa uma alegoria, a esse instrumento utilizado na construção civil para vários fins. Desde logo, esse “*martelo*” surge como um cutelo que destrói edifícios e obras que se julga não servirem para fins que beneficiem os cidadãos.

O Balneário Público é um Património dos São-tomenses.

Por isso deve(ia) ser preservado, pelo Estado que nos representa, através de um Ministério ou uma Secretaria de Estado que tivesse a sensibilidade de lidar com acervos culturais.

Podíamos recorrer à História e copiar exemplos de outros povos. Os romanos, e outros povos europeus (Península Ibérica, França, Norte de África, entre outros) por onde esses homens do mais badalado Império da Antiguidade passou, preservam, toda a construção; pontes ou vestígios dessas; todas as ruínas; todas as pinturas e, tudo que diga respeito ao legado dos homens dos centuriões.

O Balneário Público é, por conseguinte, mais um património da nossa memória colectiva que se esvaiu, fruto da desmedida ganância de alguns (poucos) cidadãos que pensam que a Independência que chegou há cerca de trinta e nove anos (39) veio exclusivamente para eles e os seus descendentes.

O país é, de facto, de todos nós. Não parece, mas é uma verdade, com contornos Lapalissianos.

Não é, em circunstância alguma, de meia dúzia de figuras que governam o país, como se estivessem no Iluminismo, em pleno século 18, ou seja no ano de 1788¹. Fica-se

¹ Um ano depois, ou seja, em 1789, chegou a Revolução Francesa, que marcou decisivamente o *modus vivendi* dos cidadãos e das nações.

com a nítida impressão que essas “ilustres” figuras se julgam «*monarcas*» do período absolutista. A forma que alguns dirigentes deste arquipélago têm, em (não)pensar o país parece assentar na perspectiva de Maquiavel, da Florença medieval.

O dinheiro, em princípio, não é tudo na vida, meus caros compatriotas. Temos que aprender a pensar melhor, o país que viu nascer², os nossos avós, os nossos pais, nós próprios, os nossos filhos, os nossos netos.

Vamos todos, tentar fazer um exercício de cidadania, utilizando medidas que ajudem a preservar o que ainda resta do Património, esquecendo definitivamente, o bater *cego* do “*martelo*”, que só destrói e traz *desgraças* dessa natureza.

O estertor da nossa Memória Colectiva

A nossa Memória Colectiva está numa agonia sem precedentes. Os edifícios construídos na época da colonização fazem parte de um Património Histórico que tem a ver com os portugueses, com os são-tomenses, com os lusófonos, com os africanos no geral e, com o resto do mundo através da UNESCO.

Em quase toda a parte do mundo, existe essa preocupação de preservar esses acervos histórico-culturais. Basta ver-se a cidade de Macau, a capital de Cabo Verde (nomeadamente as ruínas da Cidade Velha) as cidades brasileiras, a cidade de Díli, as cidades europeias, as cidades asiáticas.

Uma parte significativa da nossa elite parece lidar mal com a História do seu país.

Ela aparenta estar independente – tem um presidente, um hino, uma bandeira – e não descolonizada. Não descolonizada devido ao facto de conceberem formas inaudíveis de destruição do Património que fazem lembrar pressupostos antropológicos, semelhantes aos processos da colonização.

Esses pressupostos passavam, grosso modo, por saber-se de cor e salteado tudo que fazia parte do Império – rios, caminhos-de-ferro, a história, a cultura, etc. – e ignorar o que era nosso. Os nossos rios, as nossas danças, as línguas nacionais, etc., praticamente não existiam. Mas isso era um cenário, cujo contexto, a História registou, desde o tempo do poderosíssimo Império Romano, até ao período da ascensão das independências.

Hoje, os nossos dirigentes parecem seguir um percurso semelhante. Querem dar cabo do nosso Património Histórico-cultural e erguer, outras «*coisas*».

Naturalmente, que não estamos contra a erecção de edifícios, de prédios, de obeliscos ou de outros monumentos, afins.

Façam-no onde entenderem: mas não destruam aquilo que nos foi legado, no tempo do antanho, pelo Encontro que tivemos com o OUTRO.

Daqui há 50 anos, os São-tomenses que viverem nesse período, hão-de querer conhecer o património deixado pela colonização que os seus antepassados vivenciaram. Os testemunhos são os monumentos construídos, fruto desse encontro silencioso, ocorrido, provavelmente numa noite escura, no século XV (1470) entre africanos e europeus.

² Esse país que foi “*africanizado*” no mau sentido, por alguns concidadãos, que trouxeram para o país, coisas nefastas para qualquer sociedade, que integra gente de bem no seu seio.

A elite, o poder e a governação

Uma parte da nossa elite que «*assalta*» o poder para atingir os soturnos *corredores* da governação, devem sentir-se deslumbrados, quando atingem esse patamar, que, em alguns momentos, se transforma num plano inclinado. Dá a impressão que passam a ver o país e a governação, com lentes, exageradamente opacas.

Quando instalados no poder, fazem questão de receber governantes de outros países com danças «*folclóricas*» seguindo um trilho etnocêntrico, que era assumido, nos tempos passados, para demonstrar aos ministros instalados no Terreiro do Paço, que se deslocavam às colónias, que os *indígenas* já estavam «*apaziguados*». Essa era uma bandeira assumidamente colonial, sem pruridos de natureza alguma.

Quando alguns governantes (os nossos) visitam países terceiros, não existem manifestações dessa natureza – a imprensa escrita e falada desses países não retractam essas realidades – oferecidas, pelos governantes dessas nações. Existe a cerimónia protocolar habitual e ponto final.

A outra realidade que também contrasta com a nossa tem a ver com a forma e o cuidado que os outros países tratam as suas cidades, principalmente a capital.

A nossa cidade capital é uma caricatura do que era.

Está transformada no centro de lixo e mau cheiro. As barracas invadiram literalmente a nossa «querida» cidade. É verdade que o *êxodo* rural tem uma pequena parte nesse descuidado processo. Mas essa responsabilidade poderá ser assacada a grande parte dos cidadãos que não conseguem dar um pouco de si na resolução da cidade, capital do país onde nasceu.

Quem desembarca no aeroporto [internacional] de São Tomé, fica com uma sensação estranha de difícil descrição. Aquele que tiver a sorte ou o azar, de desembarcar num dia de chuva torrencial, fica, sem onde se abrigar. O retirar da bagagem é outra carga de trabalhos. A segurança é outro berbicacho. Os funcionários não têm uniforme, várias pessoas estranhas aos serviços, circulam despreocupadamente, nos locais onde era suposto só os funcionários do aeroporto, uniformizados circularem.

Alguns dirigentes da República, fartam-se de viajar, para a Europa, para a África, para a América, para a Ásia e, parece que nada aprendem, quando desembarcam em aeroportos como Heathrow (Inglaterra), Charles De Gaulle (França), Fiumicino (Itália), Portela (Lisboa), Praia, Luanda, Maputo, Rio de Janeiro, etc.

O derrube insanável do Balneário Público

No dia em que se começou com o derrube, do Balneário, a polícia foi chamada, curiosamente para intervir, servindo de escudo. No passado sábado dia 7 de Junho de 2014, estavam uns militares garbosamente fardados, usando uma boina vermelha, semelhantes, aquela usada pela tropa que desembarcara em França no designado Dia D, para por termo à Segunda Grande Guerra.

O ordenamento do território é uma palavra vã no nosso «*dicionário*», pois já não faz parte das páginas desse chamado *mestre mudo*.

Essa edificação (Balneário Público) poderia ser conservada e construir-se centros comerciais, ou seja lá o que for, ao lado, em frente, nas traseiras...

Por esse andar, as gerações vindouras terão alguma dificuldade em identificar Património imóvel³, classificado de Nacional, que terá sido deixado pelos descendentes e seguidores dos marinheiros que no século XV desembarcaram nas águas cristalinas de São Tomé e Príncipe, trazidos por caravelas, saídas do Promontório de Sagres.

A preservação do Património Nacional

Alguns indivíduos da nossa praça entendem que defender o Património Nacional é um complexo de quem o promove. Essa é uma ideia, que nós consideramos legítima de quem assim pensa. Em democracia, tudo é permitido.

O exercício da cidadania permite-nos dizer, serenamente tudo, o que nos vai na alma. Mas nós pensamos, por isso mesmo, que a opinião deve ser livre e discutida, seja na praça pública, seja nos espaços privados, seja no seio da família.

Qual a razão que nos leva (São-tomenses) a ter esse desejo mórbido de não preservar o nosso Património?

O Decreto-Lei número 4/2003 consagra com pompa e circunstância, a “*Lei do Património Histórico-Cultural Nacional*”, produzida pela Assembleia da República. Essa Lei⁴ é bem explícita em relação a matéria em apreço.

A título de exemplo enumeramos alguns grupos de monumentos que estão, a definir, dia após dia; mês após mês; ano após ano.

Temos a fortaleza (situada na praia da PM) que está literalmente, de costas viradas para a nossa cidade. Ela mantém-se fechada, com tubos de água (canalização) por fora, com um «ar» marginal. As estátuas, outro património nosso, apeadas na altura da independência, estão ali a sofrer a erosão da nossa aparente ignorância histórico-cultural.

A avenida marginal que serve de espelho e, concomitantemente de cartão-de-visita à Baía de Ana Chaves parece ter sido «*bombardeada*» tal é o seu estado, avançado, de degradação.

O edifício da Câmara Municipal da cidade [palácio provisório do Governo] está maltratado, tem lixo atirado ao chão, na rua lateral, junto ao Ministério da Agricultura. Nem o Gabinete do chefe do Governo, nem o referido Ministério parecem estar preocupados com essa lixeira. Os nossos avós diziam e, bem que *ké bem labadu, a ká konsê giná s'káda*⁵.

Os aparelhos de ar condicionado esventram, de uma forma grosseira, esse edifício camarário, que apresenta uns vidros, ou acrílicos, colocados de uma forma artesanal, nas traseiras do edifício, que outrora tinha um bem cuidado jardim. O edifício do Tribunal tem

³ Decreto-Lei número 4/2003 - **Artigo 5º (Definições)** ... h) **Bens imóveis** – os que fazem parte do património cultural e não são susceptíveis de mobilidade, tais como construções, monumentos, conjuntos arquitectónicos, locais, sítios, e elementos naturais; i) **Bens imóveis por destinação** – as instalações e os elementos decorativos que fazem parte integrante dos imóveis em que se encontram.

⁴ O Título I (Princípios Fundamentais) Artigo 1º (Objecto) da referida Lei diz que “*a presente Lei tem por objecto a protecção dos bens culturais que constituem o património histórico-cultural contra a destruição, a transformação, a manipulação, a devastação, a alienação, a exportação e importação ilícitas, bem como a sua salvaguarda*”.

⁵ Expressão da língua forro que significa: uma casa bem lavada conhece-se, logo, a partir da escada. Isto quer dizer, que não basta ter a casa limpa por dentro e ter uma lixeira à frente da porta.

um inestético apêndice⁶ que alberga dentro, carros, motos... A Ponte Cais velha está, de «*pedra-e-cal*», com as “*barbas de molho*”, dentro do mar calmo da baía. Significa dizer que, se vier uma chuvada e as águas do mar trouxerem ondas gigantes, sobrarão apenas, recordações na memória de alguns cidadãos.

Os edifícios das Artes Gráficas (antiga Imprensa Nacional); o Arquivo Histórico; o conjunto de casas que albergam a guarda presidencial (traseiras do Palácio); o edifício da antiga Escola de Artes e Ofícios; o edifício central ou da Administração do Hospital doutor Aires Menezes; o Cinema Império (actualmente, Cinema Marcelo da Veiga); o prédio do Banco Central; o edifício que albergou, em tempos, o Sporting Clube do Príncipe; a ponte cais do Príncipe; estão numa luta sem precedentes, a ver o que irá acontecer.

Hoje é o Balneário Público e... amanhã?

A reconversão do Balneário Público poderia ter sido feita, de uma forma tranquila e, arquitectonicamente sustentada. Esta é uma sugestão de um cidadão, preocupado com o que ainda resta do Património.

Devia-se, na nossa opinião, dar um destino consentâneo, com a sua *dignidade* patrimonial, transformando-a num polo de informação turístico por exemplo, ou numa mediateca virada para a juventude.

Quem nos vista como turista; em negócios; em serviço oficial e, até aqueles compatriotas que visitam a cidade pela primeira vez, ficariam, certamente, deliciados com o aproveitamento dado a uma obra que foi construída por quem fazia questão de ter uma cidade bonita e bem cuidada.

Construir-se-iam zonas verdes, como era no outro tempo. É necessário não se perder de vista, que, existe ao lado do Balneário, um monumento, cujo espaço circundante, precisa, também, de ser requalificado. Falamos da Igreja da Nossa Senhora da Conceição.

O benefício que tivesse o Balneário Público, faria, certamente, a delícia de todos quanto, visitassem o local.

Senhores, senhoras e, compatriotas são-tomenses: vamos tentar preservar os acervos do nosso Património Histórico-Cultural. Ganha o país, ganham os cidadãos, ganha quem nos visita, ganham os propósitos a que está imbuído a UNESCO.

Façamos jus ao pensamento da poetiza que escreveu um ensaio literário, sobre a nossa cidade, que clamava com algum embargo emocional: “Mataram o Rio da Minha Cidade”⁷

O “*martelo da desgraça*” desferiu, assim, mais um golpe fatal⁸ e traiçoeiro – a somar a muitos outros – na nossa Memória Colectiva, ou seja na nossa História.

⁶ Parafraçando o cantor e compositor Pêpê Lima, esse apêndice é um «*matapa pau*». Esta expressão, cuja conotação é pejorativa, significa dizer, que a sua construção representa um atentado, a uma obra daquela dimensão.

⁷ A obra literária “*Mataram o Rio da Minha Cidade*” (2002) publicada pelo Instituto Camões (Centro Cultural Português em S. Tomé e Príncipe), 1ª edição, foi escrita pela poetiza São-tomense, Alda Espírito Santo. Obra emblemática, ela foi publicada, também na revista de cultura Mealibra Nº 10 de Julho de 2002, edição do Centro Cultural do Alto Minho. Encontra-se reproduzida, igualmente, na Antologia *Identidades Fugidias*, edição do Centro dos Estudos Ibéricos e da Câmara Municipal da Guarda (Novembro de 2001).

⁸ Alguns golpes já desferidos, em relação ao nosso Património: as antigas Roças coloniais, a fortaleza de São Jerónimo, o testemunho que representa Fernão Dias, a ponte cais velha, a extensa Baía de Ana Chaves, etc..